

The background of the cover is a topographic map with contour lines and a dashed outline of a geographical area. The map is rendered in a light, textured style.

Erika Vanessa Moreira Santos
Glauco Bruce Rodrigues
Leandro Bruno Santos
Silvana Cristina da Silva
Tatiana Tramontani Ramos
ORGANIZADORES

TERRITÓRIO, ECONOMIA URBANA E CONFLITOS TERRITORIAIS

LETRCAPITAL

Copyright © Erika Vanessa Moreira Santos, Glauco Bruce Rodrigues, Leandro Bruno Santos, Silvana Cristina da Silva e Tatiana Tramontani Ramos (Organizadores), 2019

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico,
sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor(es).

EDITOR: João Baptista Pinto

REVISÃO: Rita Luppi

PROJETO GRÁFICO E CAPA: Rian Narcizo Mariano

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C759

Território, economia urbana e conflitos territoriais / organizadores Erika Vanessa Moreira Santos ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2019.
394 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 9788577856657

1. Sociologia urbana. 2. Geografia humana. 3. Territorialidade humana. 4. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Santos, Erika Vanessa Moreira.

19-57073

CDD: 307.76
CDU: 316.334.56

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

17/05/2019 20/05/2019

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
vendas@letracapital.com.br

Erika Vanessa Moreira Santos
Glauco Bruce Rodrigues
Leandro Bruno Santos
Silvana Cristina da Silva
Tatiana Tramontani Ramos
ORGANIZADORES

TERRITÓRIO, ECONOMIA URBANA
E CONFLITOS TERRITORIAIS

LETRAPITAL

Prefácio

Mónica Arroyo
Universidade de São Paulo

A presente obra reúne textos que propõem discutir temas atuais a partir de uma visão ampla e crítica inscrita na área de humanidades, com base em um diálogo interdisciplinar entre a Economia, a Geografia, a Sociologia e outros campos. Trata-se de um diálogo salutar, porque apoiado numa pluralidade de perspectivas, contribuindo para o entendimento e para a reflexão de dinâmicas contraditórias que envolvem cidades e territórios na contemporaneidade.

O teor desta proposta está bem representado na ideia do caleidoscópio, objeto técnico que permite observar, a cada movimento, combinações variadas de efeito visual. Por um lado, remete a uma diversidade de formas e cores – condição atualmente tão castigada, tão hostilizada, por alguns setores da sociedade –; por outro, o caleidoscópio remete a uma mutação permanente, a uma metamorfose ambulante – consagrada no canção popular brasileiro e com a qual muitas gerações de jovens têm se identificado (e se identificam). Nessa perspectiva, ao pensar a cidade ou o território, devemos considerar a coexistência de diversos modos de vida, projetos, interesses, vontades, desejos que, como no caleidoscópio, se movem e entrecruzam sem cessar.

Mas como entender a complexidade contemporânea? Como decifrar esse caleidoscópio em permanente movimento? Uma primeira preocupação relaciona-se com a totalidade, conforme adverte Milton Santos no prefácio do seu livro *Metrópole corporativa fragmentada*. O caso de São Paulo.

As metrópoles contemporâneas (...) trabalham em compasso com o ritmo do mundo, (...) em parâmetros globais. Mas elas têm especificidades, que se devem à história do país onde se encontram e à sua própria história local. O mundo e o lugar, intermediados pela formação socioeconômica e territorial, eis aí um princípio de método a adotar, se quisermos apreender o significado de cada caso particular (SANTOS, 1990, p. 9).

Cabe, assim, enxergar a metrópole como uma totalidade, independentemente do seu tamanho ou de sua localização. E entender os laços presentes e passados mantidos com o mundo e com a formação socioespacial, totalidades que ao mesmo tempo se expressam e se concretizam na metrópole. Aqui a noção de rede se impõe em todas suas variantes. Conforme destaca Roberto Lobato Correia, há inúmeros tipos de redes geográficas que, entrelaçadas, recobrem toda a superfície terrestre.

Das milhares delas, algumas são nitidamente de âmbito global, com centros e interações em dezenas de países, tendo Londres, Nova York e Tóquio como seus epicentros. Existem redes, contudo, que ao menos no plano formal, não apresentam uma dimensão global, situando-se em escala nacional ou regional. Mas apenas no plano formal, porque, em diversos graus, interconectam-se, originando uma única rede multifacetada, que sugere a metáfora do caleidoscópio (CORRÊA, 2012, p. 211).

É mister, também, preocupar-se com a espessura, cada vez maior na medida em que aumenta o número de eventos e de atores envolvidos. A cada momento as interdependências se multiplicam e produzem mudanças de quantidade e qualidade no território e na cidade. Ao referir-se às tendências da urbanização brasileira no fim do século XX, Santos (1993) destaca que a espessura atual é resultado desse movimento imbricado ao qual o meio geográfico está submetido com uma participação cada vez maior da ciência, da técnica e da informação. Isso cria as condições para aprofundar a divisão territorial do trabalho e as diferenciações regionais. Não necessariamente esse movimento é exclusivo das metrópoles ou das grandes cidades; pelo contrário, ele afeta também as cidades de porte médio e pequeno, tornando-se ainda um elemento de diferenciação entre elas. E, ao mesmo tempo, chega ao campo num compasso que tende a homogeneizar as relações e o cotidiano, embora não o consiga totalmente.

Como, então, captar a especificidade da cidade contemporânea a partir das relações tecidas com o mundo e com a formação socioespacial? Como analisar a espessura que diferencia as cidades quando o processo é uno? Como entender a complexidade espacial quando, no plano empírico, o econômico se cruza com o político e com

o simbólico-cultural? Trata-se de desafios teórico-metodológicos que o período atual impõe e que estão presentes neste livro, com diferentes ênfases e matizes. Os textos aqui reunidos fazem parte do rico debate proporcionado pela Universidade Federal Fluminense, Campos de Goytacazes, durante o II Congresso Internacional Caleidoscópio da Cidade Contemporânea, cujo tema foi “Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais”.

Nessa ocasião, encontraram-se pesquisadores latino-americanos atuantes no campo da Geografia e de ciências afins que discutiram, em torno de um diálogo científico e acadêmico, temas e problemas locais, nacionais e mundiais com o intuito de expor análises e reflexões bem como apontar possíveis caminhos a percorrer. Desse modo, a Universidade reafirmou, mais uma vez, seu papel como lugar de produção e divulgação de conhecimento.

Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato. “Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente”. In: **Revista Cidades**, vol. 9, nº. 16, 2012, p. 199-218.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. Por uma economia política da cidade. **O caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Apresentação

(*Texto dos organizadores*)

No ano de 2014, ocorreu o I Congreso Internacional Caleidoscopio de la Ciudad Contemporánea, com a temática “Economía, medio ambiente y territorio”, na Facultad de Economía, Benemérita Universidad Autónoma de México (BUAP), na cidade de Puebla, no México, com a organização de Isabel Angoa Pérez, Alejandro Sánchez Zárate e Isaías Aguillar Huerta.

Naquela oportunidade, o congresso reuniu ao redor de 230 alunos e professores dos cursos de graduação e pós-graduação, profissionais de instituições mexicanas, brasileiras – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU) –, equatorianas (Universidad de Cuenca) e espanholas (Universidad de Murcia), possibilitando reflexões sobre a condição dos países latino-americanos a partir de diversas temáticas e campos disciplinares distintos, resultando em um profícuo debate que se materializou no livro *Caleidoscopio de la Ciudad Contemporánea: Economía, Sociedad y Medio Ambiente*, publicado em 2016.

O II Congreso Internacional Caleidoscópio da Cidade Contemporânea, cujo tema foi “Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais”, foi realizado na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), de 5 a 8 de junho de 2017. O principal objetivo foi debater questões fundamentais para a compreensão da cidade contemporânea latino-americana a partir de diversos prismas, e por pesquisadores da própria região em diálogo com pesquisadores do México, Argentina e Colômbia. A análise dos problemas pelos quais passa a cidade contemporânea demanda um diálogo interdisciplinar entre a Economia, a Geografia, a Sociologia, entre outros campos disciplinares. A segunda edição do evento trouxe perspectivas de diferentes áreas de forma crítica sobre o território, a economia e os problemas do desenvolvimento, bem como os conflitos. Professores, profissionais, pós-graduandos e graduandos participaram do evento com a apresentação de trabalhos ou na coordenação de mesas e grupos

de trabalho. Foram convidados a participar com a apresentação de trabalho ou como assistentes.

Como resultado, organizamos o livro *Território, economia urbana e conflitos territoriais*, com três seções.

A primeira, intitulada “Território, rede urbana e economia” dedicou-se a debater os aspectos contemporâneos de novas dinâmicas territoriais da economia em sua indissociável articulação com o território e a rede urbana através de reflexões teóricas mais amplas ou a partir de pesquisas mais específicas. A seção conta com sete artigos de autoria de Maria Laura Silveira, Marina Regitz Montenegro, Josefina Di Nucci, Silvana Cristina da Silva, Vanuza da Silva Pereira Ney e Katarina Ribeiro da Silva, Vitor Koiti Miyazaki e Leandro Bruno Santos.

A segunda, intitulada “Conflitos territoriais e resistências” toma como objeto central de reflexão os conflitos sociais e as práticas de resistência de trabalhadores rurais e urbanos diretamente relacionadas às dinâmicas de uso e apropriação do território, no campo e na cidade, engendradas, de forma mais ampla, pelo processo de reprodução do capital. A seção conta com quatro artigos da autoria de Tatiana Tramontani Ramos, Glauco Bruce Rodrigues, Gabriela Scotto e Erika Vanessa Moreira Santos.

A terceira, intitulada “Espaço urbano no período da globalização” oferece ao leitor a análise de processos mais recentes do uso e apropriação contemporâneos do espaço urbano, assim como novos recortes analíticos para a compreensão das práticas espaciais na cidade. A seção conta com três artigos, de autoria de Teresa de Jesus Peixoto Faria, Catherine Reginensi e Quésia de Souza Francisco, María Isabel Angoa Pérez e Alejandro Sánchez-Zárate.

Aproveitamos para agradecer aos órgãos de pesquisa que contribuíram com a realização e o financiamento do evento e possibilitaram a concretização deste livro:

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense (PROPPI-UFF).
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/UFF).
- Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPG/UFF-Campos).
- Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR-UFF).

Sumário

I – TERRITÓRIO, REDE URBANA E ECONOMIA URBANA ...	15
Economia urbana hoje: categorias necessárias para sua compreensão	17
Maria Laura Silveira	
Dos paradoxos das metrópoles brasileiras ao resgate do planejamento socialmente necessário	36
Marina Regitz Montenegro	
Reflexiones sobre red urbana, territorio y circuitos de la economía urbana	64
Josefina Di Nucci	
Urbanização, circuitos espaciais de produção e economia urbana	86
Silvana Cristina da Silva	
Trabalho e renda: caminhos solidários em Campos dos Goytacazes/RJ	106
Vanuza da Silva Pereira Ney Katarina Ribeiro da Silva	
Território e rede urbana no período contemporâneo: um olhar a partir da atividade supermercadista em cidades médias	124
Vitor Koiti Miyazaki	
O BNDES e a dinâmica regional brasileira no Século XXI	148
Leandro Bruno Santos	
II – CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIAS	181
As remoções no contexto dos megaeventos esportivos e a dinâmica da produção (conflituosa) do espaço urbano brasileiro	183
Tatiana Tramontani Ramos	
Espaço e conflito social: as jornadas de junho de 2013	220
Glauco Bruce Rodrigues	

Algumas reflexões sobre conflitos sociais, mobilizações políticas e justiça ambiental: recuperando a agência política dos sujeitos sociais.....	261
Gabriela Scotto	
As estratégias de reprodução econômica nos assentamentos rurais em Campos dos Goytacazes, RJ, à luz da relação campo-cidade.....	283
Erika Vanessa Moreira Santos	
III – ESPAÇO URBANO NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO...	317
Representações da cidade: usos noturnos do centro de Campos dos Goytacazes (RJ)	319
Teresa de Jesus Peixoto Faria	
Caterine Reginensi	
Quésia de Souza Francisco	
Segregación socio espacial en el Área Metropolitana de Puebla, México, 2010. Casos de La Vista y Lomas de Angelópolis	330
María Isabel Angoa Pérez	
Emilia Lara Galindo	
Alejandro Sánchez Zárte	
Brecha digital en dos ciudades medias en México en 2016. El caso de Hermosillo y Cancún	355
Alejandro Sánchez-Zárte	
Isabel Angoa Pérez	
Sobre os autores.....	385

I – TERRITÓRIO, REDE URBANA E ECONOMIA URBANA

Economia urbana hoje: categorias necessárias para sua compreensão

Maria Laura Silveira

Algumas categorias para o estudo da economia urbana na atualidade

Face à complexidade do mundo contemporâneo, parece tornar-se mais árduo hoje do que em períodos anteriores apreender a totalidade. Em outras palavras, a aceleração dos processos, a sofisticação dos objetos técnicos, a dissociação entre agentes e ações, as normatizações, o poder das finanças e da informação desenham a atual divisão territorial do trabalho e, tantas vezes, nos afastam da compreensão do real total. É nesse contexto que somos chamados a explicar os atuais processos de urbanização e as respectivas cidades e redes urbanas, entendidas como totalidades concretas num permanente movimento de totalização, tal como definido por Sartre (1979).

Quando Karel Kosik (1976, p. 40) elabora uma noção de totalidade concreta¹ assevera que, por essa via, “cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo”. Desse modo, podemos reconhecer a necessidade de entender a urbanização e a cidade como fenômenos históricos, ao mesmo tempo como processos e como resultados em processo, evitando o atraente atalho de descrever a cidade como um mero resultado.

Nesse quadro, nosso desafio seria enfrentar uma análise que possa cindir os fenômenos sem mutilar seus nexos. Por isso resulta oportuno lembrar que Milton Santos (1994) propõe abordar o fenômeno urbano a partir de dois planos de análise: uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade. A primeira busca compreender a forma pela qual são distribuídos os capitais, os homens e os instrumentos de trabalho numa divisão territorial do trabalho, cujo estudo permite responder como, onde e por que se formam aglomerações. Já

¹ Nas palavras de Kosik (1976, p. 35) “totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”.

a segunda preocupa-se com o entendimento de como esses homens, capitais e técnicas encontram seu lugar na cidade. É a necessidade de compreender a formação socioespacial (SANTOS, 1977; SILVEIRA, 2014) e a cidade como duas ordens espaciais interdependentes.

Nesse sentido, a economia política da urbanização permite ver, na formação socioespacial, a seletividade das forças da modernização nas suas formas e nos seus efeitos, isto é, que as variáveis modernas não são acolhidas nos lugares ao mesmo tempo nem na mesma direção, levando a uma inserção diferencial das porções do país na divisão territorial do trabalho. No entanto, esses processos se desenvolvem sobre um espaço já organizado a partir de profundas diferenças de renda e, portanto, de consumo, e com diferentes custos dos fatores de produção, isto é, com desigual capacidade de produzir e de agregar valor à produção. O resultado é uma hierarquia das atividades preexistentes e uma tendência à hierarquização das atividades novas. Nesse retrato o consumo pode ser entendido como uma força de dispersão, e a produção, como uma força de concentração. Ambas as forças realizam-se de modo segmentado. A cada momento da história, reconhecemos uma modernização ou, mais precisamente, várias modernizações sucessivas e coexistentes (SANTOS, 1972), que nos levam a concordar com Meschonnic (1988) quando, debruçado sobre a modernidade, afirma que o plural é de rigor. É, portanto, de modernidades que estamos falando.

Poderíamos esboçar um breve retrato dessas duas ordens espaciais no período da globalização. Em primeiro lugar, mencionamos a difusão do fenômeno urbano, evidenciada pela aceleração da urbanização, mas também da metropolização que é um resultado da revolução do consumo (SANTOS, 1994). Ao mesmo tempo crescem as cidades médias e ganham importância certas cidades locais e cidades de fronteira, consequência da difusão concentrada e localizada da produção, assim como da desigualdade na macroeconomia dos países com fronteiras comuns. Em segundo lugar, assistimos ao gigantismo da mancha urbana, que um autor como Drakakis-Smith (1987) discute a partir da ideia de regiões metropolitanas estendidas. Em terceiro lugar, assinalamos a formação de cidades e metrópoles corporativas (SANTOS, 1990, p. 95), nas quais “o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas” e “o que porventura interessa às demais empresas e

ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos”.

No entanto, cabe lembrar a reflexão de Simmel (2006) quando asseverava que as formas do conhecimento científico são formações históricas e, por isso, nunca recolhem de maneira completamente adequada a totalidade de conteúdos do mundo. Trata-se, muitas vezes, de ideias preestabelecidas ou categorias nascidas num momento da totalidade ou fundadas na observação de um fragmento dela, isto é, cristalizações da totalidade. Podemos mencionar aqui os dualismos tecnológicos, morfológicos, sociológicos, econômicos e, fundamentalmente, a noção de setor informal, mais recentemente retomada a partir do proletariado informal de Mike Davis (2006) ou da *second economy*, uma economia estruturalmente desintegrada da primeira economia, tal como apareceu no discurso do Presidente Thabo Mbeki's na África do Sul em 2003 e nos trabalhos de Reynolds e Van Zyl (2006), Skinner (2006) e Rogerson (2007). Parece também recorrente a concepção de que a modernidade é um atributo da metrópole e que unicamente a partir desta se espalharia para o resto do território, revelando uma percepção ultrapassada da hierarquia urbana e ignorando os dinamismos do meio técnico-científico-informacional. O entendimento da técnica ou da modernidade como absolutos pode derivar em determinismos de nova natureza, desconsiderando como rumo da política boa parte dos homens, dos capitais e das técnicas.

Há, portanto, sempre o risco de tomar a parte pela totalidade, o fragmento como sendo a totalidade. Daí a nossa insistência em abordar o urbano e a economia urbana como fenômenos. Maffesoli (1997) podia escrever que o principal é o que aparece, isto é, o fenômeno, e o trabalho do pensamento é sublinhar todas as suas características.

A cidade pode ser entendida como uma pluralidade de divisões territoriais do trabalho superpostas. Entretanto, não vemos todas essas existências, percebemos apenas alguns fenômenos cuja apreensão poderia ser feita por meio das categorias de circuitos da economia urbana. Longe de compor uma dualidade, o circuito superior e o circuito inferior revelam sua existência unitária e sua oposição dialética.

A existência unitária refere-se à reciprocidade de influências entre os agentes ou, em outras palavras, se um circuito não influísse no outro não haveria fenômeno urbano, uma vez que os circuitos não são estanques, são vasos comunicantes do espaço e da economia. Não

esqueçamos que *partagé*, adjetivo utilizado por Milton Santos (1975) para referir-se ao espaço no título do seu livro escrito originalmente em francês, significa, ao mesmo tempo, dividido e compartilhado. A origem dos circuitos explica essa existência unitária, já que eles advêm das sucessivas modernizações capitalistas, técnicas e organizacionais, associadas às profundas desigualdades na distribuição da renda. Os circuitos são o modo de existência da cidade submetida a tais modernizações. Não têm origem nem existência independente e, por isso, cada circuito *per se* carece de autonomia de significado.

A oposição dialética significa que um circuito não se define sem o outro. Há entre eles complementaridade, pois um circuito é oposto ao outro nessa relação que, para o inferior, é uma relação de subordinação. Isto significa dizer que o valor dos circuitos é relacional, incluindo também a percepção dos seus limites. Em outras palavras e como já nos alertava Tilly (2000), limites e relações desiguais reforçam-se reciprocamente. Cabe aqui lembrar que os graus de tecnologia, capital e organização não são alheios à especificidade técnica e econômica da atividade nem tampouco às condições do lugar. Portanto, os circuitos poderiam ser definidos e identificados a partir dessas duas condições.

Cada circuito tem características próprias e distintivas, extraídas do real a partir dessa visão unitária e teorizadas como elementos constitutivos que permitem defini-lo e explicar seu arranjo. Tais características conferem a cada circuito coerência interna e o diferenciam do seu oposto, fazendo dele um objeto de pensamento ou uma categoria analítica, que pode ser operacionalizada a partir do meio construído urbano, do sistema técnico, da organização, do consumo, das migrações e dos graus de capitalização.

Contudo, entre os circuitos há nexos, também extraídos do real a partir dessa visão unitária e teorizados como elementos relacionais que possibilitam apreender a interdependência e a articulação de um circuito com outro. Assim, podemos compreender ambos os objetos de pensamento ou categorias analíticas, circuito superior e circuito inferior, como uma categoria sintética e unitária, isto é, o fenômeno urbano. Poderíamos, assim, reconhecer alguns desses nexos: a complementaridade e disputa entre os circuitos num pedaço da cidade ou na rede urbana, a expansão das redes comerciais e financeiras nas subcentralidades da cidade e na rede urbana, a financeirização da vida social e econômica, a existência de uma porção marginal no circuito superior,

as formas de abastecimento e papel dos atacadistas. Em definitivo, a pergunta pelos nexos é a pergunta pela integração. Onde se articulam os circuitos? Na metrópole, na cidade média, na rede urbana? Aqui parece oportuno aceitar o conselho de Bourdieu et al. (2011) quando afirma que a consciência da unidade do objeto de pesquisa leva a uma vigilância epistemológica para não separar o indissociável e pôr de relevo as relações que ontologicamente unem o que provisoriamente e metodologicamente foi cindido.

Nesse esforço de teorização, identificamos categorias gerais, sem as quais o pensamento não se desenvolve, tais como constituição, relação, conflito, cooperação, movimento e oposição (sempre vista como uma forma de movimento). Tais categorias são alicerces para elaborar um esquema de interpretação feito de conceitos e variáveis como circuitos, técnicas e normas, entre outros, que guiará a aplicação de procedimentos. Estes permitirão a análise dos ramos, das características regionais, dos casos particulares e mesmo a elaboração de tipologias, lembrando com Schutz (1974) que todos os tipos são termos relacionais. São momentos da análise que separam o que no início do processo histórico é uma coisa só. Daí a importância de que nem os conceitos nem os procedimentos mutilem os nexos. Assim, podemos compreender que as modernizações fazem da cidade um espaço dividido, em outras palavras, um espaço constituído por distintos circuitos de produção e consumo. É o caminho de ir alcançando sínteses explicativas nas quais os conceitos iniciais diluem-se em novos conceitos. Por isso, a análise do fenômeno urbano nas cidades dos países periféricos autoriza o uso de um par de novos conceitos: urbanização corporativa e cidade corporativa (SANTOS, 1990), cuja urdidura é feita de múltiplos circuitos de produção e consumo.

A constituição atual dos circuitos da economia urbana

A economia política da cidade supõe apreender a cidade como uma filigrana de divisões territoriais do trabalho de diferente capitalização. Originada diretamente da modernização tecnológica e organizacional, a atual divisão territorial do trabalho hegemônica está integrada por monopólios e oligopólios cujas relações se dão fora da cidade e da região (SANTOS, 1975). É a difusão dessa modernização, encarnada na expansão do circuito superior, que provoca o crescimento do circuito

inferior em cidades de outros tamanhos que passam a articular-se de modo diverso na rede urbana. Na economia superior o dinheiro e os instrumentos financeiros são abundantes, uma vez que os agentes são bancos ou controlam bancos, com as respectivas interferências nas demais atividades. Além disso, esses agentes trabalham com grandes volumes de mercadorias, exceto as lojas especializadas de preços muito altos ou mesmo as atividades sob encomenda, e dominam a massa, mas hoje sobretudo os fluxos, graças à logística, ao *just-in-time* e às tecnologias da informação. Contam, outrossim, com possibilidades técnicas e normativas para demitir mão de obra ou impor novas relações contratuais e, em definitivo, comandar as variáveis determinantes da época.

Entretanto, hoje não são apenas grandes indústrias e bancos que fazem parte do circuito superior, mas também corporações globais e multissetoriais, empresas de consultoria e informação, de produção e serviço de alta tecnologia, firmas do *entertainment*, fundos de investimento e fundos de pensão. Como o capital comercial tornou-se financeiro, certas firmas ganham novo poder. É o caso das redes de atacado, de eletrodomésticos e de materiais de construção e dos hipermercados, detentores de cartões fidelidade e de crédito, tantas vezes instalados em bairros pobres, nas novas centralidades metropolitanas e ao longo da rede urbana (DI NUCCI, 2015).

Paralelamente observamos uma nova divisão territorial do trabalho no mundo financeiro, cujo papel na urbanização é inegável (PARSERISAS, 2014). Caracterizada ademais por bancos que terceirizam funções (CREUZ, 2013), essa divisão do trabalho encontra no endividamento um novo traço de união entre os circuitos. Um autor como Lazzarato (2013) vai ainda mais longe ao dizer que a transversalidade das finanças dissolve o conceito de classe social.

Assim, uma topologia de pontos de produção, distribuição e consumo desenha-se na cidade e no território nacional, ao sabor de dinâmicas de escala global, levando à modernização do meio construído urbano.

Todavia, a feitura de numerosas tarefas amiúde não interessa aos agentes mais poderosos e, por isso, é derivada a um conjunto de pequenas e médias empresas que pode ser identificado como porção marginal do circuito superior. Tal porção está ligada à difusão das variáveis determinantes que, inclusive, marcam o ritmo do seu trabalho, embora sua condição de efemeridade e vulnerabilidade a assemelhe

ao circuito inferior. Entretanto, não é um circuito intermediário, mas sim moderno, pois o preço de não acompanhar o passo é a inevitável saída do circuito superior ou, pelo menos, o abandono do seu *status* de emergente. É funcional à divisão territorial do trabalho hegemônica ou deixou de sê-lo mais ou menos recentemente. Pode consolidar-se, transformando-se num circuito superior puro mas, como amiúde não consegue tal façanha, tal porção está fadada a tornar-se uma rugosidade, um circuito residual.

A dinâmica urbana completa-se com o circuito inferior, definido pela fabricação e comércio em pequenas quantidades a partir de capitais reduzidos e de um trabalho intensivo. A criação e a imitação convivem e se utilizam da justaposição de técnicas, ao tempo que as situações de emprego são diversas e envolvem acordos pessoais entre patrão e empregado, trabalho autônomo e trabalho familiar, entre outras. Trata-se do pequeno comércio varejista, vendedores ambulantes, diversos artesanatos, consertos, alguns transportes e serviços banais. Variável intrínseca do circuito inferior, a migração não qualificada alimenta tal circuito pela base e contribui a manter baixas as rendas.

Não se trata de um circuito tradicional, já que é um produto indireto da modernização e está em permanente transformação e adaptação. Uma parte do seu abastecimento provém dos atores modernos, dos quais depende e de cuja propaganda beneficia-se indiretamente. No entanto, alguns desses agentes pouco capitalizados também fazem publicidade por meio de *banners*, cartões, boca a boca, rádios, jornais locais e comunitários e qualquer outro veículo de baixo ou nenhum custo. Embora continue a existir particularmente nas periferias, o agiota foi substituído hoje pelos bancos e instituições financeiras, embrenhados como estão na desburocratização do crédito. A presença do circuito inferior é mais significativa nos centros e subúrbios metropolitanos, onde a densidade demográfica e a contiguidade possibilita o desenvolvimento do que Marina Montenegro (2014) chama de economia dos centavos.

Embasados no que Marx denominou *general intellect*, isto é, o intelecto geral, a capacidade científica objetivada que complementa o sistema de máquinas, os processos modernizadores levaram à racionalização no uso do território. Tratar-se-ia de um patamar superior do modo pelo qual se perfaz a cooperação e se produz a riqueza. É assim que podemos compreender o período técnico-científico (RICHTA,

1974) e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988).

Nesse sentido, vemos como novidade do período a coexistência entre, de um lado, macrossistemas técnicos, variável intrínseca do circuito superior que aumenta a fluidez potencial e o uso seletivo do território e, de outro, um leque de técnicas divisíveis, doces e flexíveis (GAUDIN, 1978; SANTOS, 1996), variável intrínseca do circuito inferior. Uma e outras técnicas demandam informação para sua produção e funcionamento. Na opinião de Paolo Virno (2008) o *general intellect* não está presente apenas no capital fixo, mas também no trabalho vivo, sobretudo na interação comunicativa. Para o autor (VIRNO, 2008) trata-se da ação concreta e concertada entre indivíduos na forma de paradigmas epistêmicos, linguagens artificiais e constelações conceituais que governam a comunicação social e as formas de vida. Hoje essa seria, continua o pensador (VIRNO, 2008), a principal força produtiva. Não está longe da ideia de tecnificação da ação contemporânea, proposta por Milton Santos (1996). Esse parece um aspecto fundamental para pensarmos o funcionamento atual da economia urbana e, particularmente, do circuito superior e de sua porção marginal. Nada disso pode ser explicado sem atentar para a crescente normatização e para o domínio e ubiquidade das finanças.

Dentre as manifestações que resultam desses novos elementos constitutivos do espaço, a escala de ação do circuito superior propriamente dito revela sua abrangência crescentemente planetária e multissetorial, ao passo que os agentes que compõem tal circuito reservam para si as nascentes funções de coordenação (CORIAT, 1976) e expulsam não poucas tarefas para a porção marginal. Os atacadistas, dentre eles os hipermercados, avançam sobre o varejo, isto é, envolvem os consumos consumptivos das classes médias e o abastecimento das pequenas quitandas do circuito inferior. Significará isso uma redução da intermediação? Em função das situações de oligopólio que exercem, esses grandes atacadistas não diminuem os preços e, desse modo, nos perguntamos se estamos defronte novos horizontes de acumulação pelo fato de prescindir de porções marginais.

Outra manifestação contemporânea é a informação que, graças ao atual sistema técnico, aumenta a densidade e a velocidade da sua circulação. Desse modo, amplia-se a oferta de insumos, bens e serviços em ambos os circuitos e, assim, alargam-se também as formas de produção